

Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas: Produção Acadêmica em Periódicos Científicos Brasileiros (2010 a 2020)

GUSTAVO BRUNO PEREIRA DE SOUZA^I

MARIA DAS DORES SARAIVA DE LORETO^{II}

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i40.3478>

Resumo

A avaliação de políticas é de grande relevância para subsidiar a gestão de políticas públicas. O objetivo do artigo foi analisar as produções nacionais indexadas pelo SciELO e Google Acadêmico, dos últimos 10 anos, que tiveram como objeto de estudo a avaliação e o monitoramento de políticas públicas, visando compreender grandes tendências dessa área. Fazendo-se uso da revisão sistemática, os resultados sugerem que a ampla maioria dos artigos consistiu em estudos de caso que se remetem à reflexão, conjugada com debates. As áreas de estudos que se sobressaíram foram saúde e educação. Os estudos avaliativos se concentraram principalmente em políticas de âmbito social, sendo amplamente adotada, na maioria dos artigos, a metodologia de cunho qualitativo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Avaliação. Monitoramento. Revisão Sistemática.

Submetido em: 22/04/2021

Aprovado em: 20/09/2021

^I Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa (MG), Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-1383-4624>; e-mail: gustavobsouza@ufv.br

^{II} Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa (MG), Brasil; <http://orcid.org/0000-0001-7418-2669>; e-mail: mdora@ufv.br

Evaluation and Monitoring of Public Policies: Academic Production in Brazilian Scientific Journals (2010 to 2020)

Abstract

Policy evaluation is of great relevance to support management of public policies. The objective of this article was to analyze the national productions indexed by SciELO and Google Scholar in the last 10 years, which had as object of study the evaluation and monitoring of public policies, aiming to understand major trends in this area. Using systematic review, the results suggest that the vast majority of articles consisted of case studies, which refer to reflection, combined with debates. The areas of study that stood out were health and education. The evaluative studies focused mainly on social policies, being widely adopted, in most articles, the qualitative methodology.

Keywords: Public Policies. Evaluation. Monitoring. Systematic Review.

Evaluación y Monitoreo de Políticas Públicas: Producción Académica en Periódicos Científicos Brasileños (2010 a 2020)

Resumen

La evaluación de políticas es de gran relevancia para apoyar la gestión de políticas públicas. El objetivo del artículo fue analizar las producciones nacionales indexadas por SciELO y Google Scholar, de los últimos 10 años, que tuvieron como objeto de estudio la evaluación y seguimiento de las políticas públicas, con el objetivo de comprender grandes tendencias en esta área. Utilizando la revisión sistemática, los resultados sugieren que la gran mayoría de los artículos consistieron en estudios de casos, que se refieren a la reflexión, combinados con debates. Las áreas de estudio que se destacaron fueron la salud y la educación. Los estudios evaluativos se centraron principalmente en las políticas sociales, siendo la metodología cualitativa ampliamente adoptada en la mayoría de los artículos.

Palabras clave: Políticas Públicas; Evaluación; Supervisión; Revisión sistemática.

Introdução

Na era do saber no novo milênio, a ênfase na geração de conhecimento disseminado na forma de melhores práticas tem alcançado, enquanto objeto de preocupação temática, uma importância crescente dentro desse universo de estudos sobre as políticas públicas (PATTON, 2001). Esse entusiasmo, cronologicamente, se deveu, em parte, considerando o cenário brasileiro, às profundas transformações observadas no *modus operandi* da Administração Pública, em face da necessidade de alocação eficiente e sustentável dos recursos escassos, de forma a se ajustar às exigências que os novos tempos mostram, de progresso tecnológico avançado, convivendo com problemas de origem política, social e ambiental, que impedem o avanço da construção da cidadania e o alcance de um quadro de inclusão marcado pela sustentabilidade (COSTA; CASTANHAR, 2003; JANNUZZI, 2015; MAIA; ASSIS, 2020).

Essa área, que se tornou campo de estudo com conteúdo, instrumentos conceituais e metodologias próprias, é fundamental para verificar a efetividade da atuação do Estado, aperfeiçoar suas intervenções e melhor responder aos anseios sociais (COSTA; CASTANHAR, 2003; RAMOS; SCHABBACH, 2012; ROGERS, 2014). É certo que será necessária uma série de relações causais para assegurar e garantir que os programas públicos sejam elaborados e executados com as menores possibilidades de erros. Entretanto, a demanda por aquisição de conhecimento e a necessidade de realizar levantamentos diagnósticos são recursos essenciais para que os programas públicos consigam cumprir seus objetivos e produzir resultados benéficos para os diferentes sujeitos envolvidos (WEISS, 1998).

Apesar de essa área já ter adquirido grande relevância para as funções de planejamento e gestão, Laisner e Mario (2014) ressaltam o impulso que a discussão sobre o tema ganha, mais recentemente, dado, especialmente, que os estímulos externos à avaliação das políticas públicas e a geração e demonstração de informações verificáveis são cada vez mais recorrentemente exigidas de organismos multilaterais para a liberação de seus recursos.

Nessa área, seguindo análise de Jannuzzi (2015) e recorrendo novamente ao contexto nacional, por mais que haja indícios de que a cultura da avaliação e o monitoramento de programas e/ou políticas tenham se institucionalizado, com produção de estudos, marcos normativos, surgimento de comunidades profissionais, ofertas de formações e aprimoramentos de capacitação em cursos de pós-

graduação nas universidades, a experiência brasileira, quando comparada ao progresso institucional alcançado por outros países, alguns com características sociopolíticas semelhantes às do Brasil, como Colômbia, Estados Unidos e alguns países da Europa, é considerada insuficiente e insatisfatória (JANNUZZI, 2015).

As evidências apontam que a atenção devida dos cientistas sociais e dos tomadores de decisão só começou a mudar a partir da década de 1990, considerado um período de crise, cunhado especialmente pelas reformas no setor público, pela escassez de recursos aliada à forte estagnação que interrompeu um longo ciclo de crescimento econômico e pela adoção de políticas de forte cunho neoliberal, justamente no período em que se tornou essencial e inadiável a intervenção estatal para atender à população mais necessitada, o qual demandou a necessidade de se obter maior eficiência e maior impacto nos investimentos governamentais, principalmente nos de forte alcance social (COSTA; CASTANHAR, 2003; SANTOS; RAUPP, 2015).

É nesse contexto que cresceu a demanda por avaliações, quase como um dever dos governantes e uma ação estratégica imprescindível. Sob este prisma, como era num passado não muito distante e, ainda, nos anos mais recentes, em conteúdos provenientes de diálogos na área, tornou-se comum que técnicas metodológicas de pesquisas avaliativas fossem recorrentemente apontadas como protagonistas, estando muito presentes nas discussões relativas à busca por maior racionalidade na gestão pública e maior efetividade da ação do Estado.

Entretanto, mesmo diante de uma demanda crescente da atividade de estudos de avaliação de políticas públicas, a literatura sobre avaliação frequentemente aponta que existe um déficit de contribuições, devido à maior atenção dada a outros processos, sejam de formação da agenda e/ou de formulação ou implementação, em detrimento da avaliação (RAMOS; SCHABBACH, 2012; NASCIMENTO *et al.*, 2019).

Apesar de, no Brasil, por razões relacionadas à própria trajetória institucional e política do país, o debate internacional sobre o tema parecer ter repercutido de maneira muito tímida, acredita-se que a produção de novo conhecimento possa fortalecer o campo da literatura brasileira sobre avaliação de políticas e programas, mesmo sendo desafiador produzir algo com conteúdo inédito ou inovador. Ainda assim, quando se investiga tais questões, mesmo em um grande recorte temporal e com limitações metodológicas, é possível verificar grandes tendências, sinalizar

desvelamentos de situações poucos visualizadas, auxiliar práticos e levantar hipóteses que poderão ser melhor investigadas futuramente. É o que se procura resgatar com esse trabalho, como subsídio para o debate em nosso país.

Nesse sentido, especificamente, objetivou-se realizar uma revisão sistemática das produções científicas nacionais publicadas em periódicos brasileiros indexados pelo *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e pelo Google Acadêmico, de 2010 a 2020, que tiveram como objeto de pesquisa avaliação e monitoramento de políticas públicas, com vistas a melhor compreender grandes tendências e os principais focos de análise produzidos pelos estudos da área, no que diz respeito, especialmente: à metodologia avaliativa empregada e às principais áreas no qual os estudos têm se concentrado (educação, saúde, serviço social, meio ambiente, habitação, dentre outros).

O recorte temporal foi definido considerando as mudanças pelas quais tem passado o cenário socioeconômico e político brasileiro, marcado pela falta de estabilidade econômica e descontrole das contas públicas, com reflexos, conseqüentemente, na implementação das políticas públicas e, principalmente, sociais. Acredita-se, tomando como parâmetro o Brasil, que refletir sobre o papel do Estado, nesse período, com seus dilemas e expectativas, por meio da avaliação de suas medidas, enriqueceria a discussão em torno do tema, considerando a produção bibliográfica gerada entre 2010 e 2020.

Nesse contexto, determina-se interesse de encontrar respostas para as seguintes inquietações: *De que forma a função avaliação e monitoramento de políticas públicas vem sendo retratada em estudos da produção científica brasileira nos últimos 10 anos? Quais têm sido as principais metodologias avaliativas adotadas e/ou empregadas? Em quais áreas os estudos avaliativos têm se concentrado?*

Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas: Conceitos e Tipos

Para a consecução do objetivo proposto, foi apresentado, nesse pequeno referencial, uma breve discussão, por meio de algumas exposições breves, de elementos referentes à avaliação e ao monitoramento de políticas públicas, visando apreender as principais tendências desse campo semântico a partir do ponto de vista de alguns autores e estudiosos da área.

Nesse sentido, no cenário das políticas públicas, que são, como explica Schmidt (2018), respostas do poder público a problemas políticos que emergem do

meio social, é comum, como aduzem Baptista e Rezende (2011), a construção do enfoque da política pública em diferentes fases ou estágios, que exprimem os diferentes momentos de uma política pública.

Essa perspectiva, que concebe as políticas públicas tal como um ciclo que perpassa diferentes fases, tem como ponto de partida o reconhecimento de um problema, como sendo de relevância pública. A formulação e a implementação, nesse processo, são consideradas etapas intermediárias, sendo que a avaliação, constitui a última etapa desse ciclo (LOTTA, 2019). Como somente a avaliação é objeto do trabalho, esta etapa apenas será abordada nesse breve referencial.

De acordo com Weiss (1998) e Rogers (2014), avaliação é uma análise metódica dos resultados de um programa, processo, no qual combinam-se evidências, critérios e padrões que visam chegar a ponderações que dizem respeito à qualidade de uma determinada intervenção.

Por meio do emprego de métodos de coleta e da produção de informações – entrevistas, questionários, observação e análise de conteúdo de documentos, dentre outras técnicas –, o objetivo da avaliação seria realizar um julgamento, seja de intervenções finalizadas ou em curso, contemplando o seu desenho, performance e resultados, como um meio de contribuir para sua melhoria, produzindo conhecimentos sobre os mesmos, visando aperfeiçoá-los, desenvolvê-los e/ou subsidiar possíveis tomadas de decisões (WEISS, 1998; BAPTISTA; REZENDE, 2011; SANTOS; RAUPP, 2015).

A avaliação, em tal definição, se constituiria num levantamento consistente para análise e aprimoramento de diferentes aspectos de um programa, permitindo, dessa forma, que os analistas de políticas públicas desenhem políticas mais consistentes, com maiores chances de produzirem melhores resultados e com melhor aproveitamento dos recursos disponíveis (RAMOS; SCHABBACH, 2012; JANNUZZI, 2015).

Com esse propósito, outro instrumento que pode guiar os práticos no sentido de estruturar insumos e processos necessários para que as ações políticas possam ser visualizadas e melhor alcançadas é a Teoria do Programa, uma proposta de explicação sobre como uma intervenção contribui para engendrar uma cadeia causal de resultados intermediários que, por sua vez, produzem resultados no médio e no longo prazo (JULIAN, 1997; ROGERS, 2014).

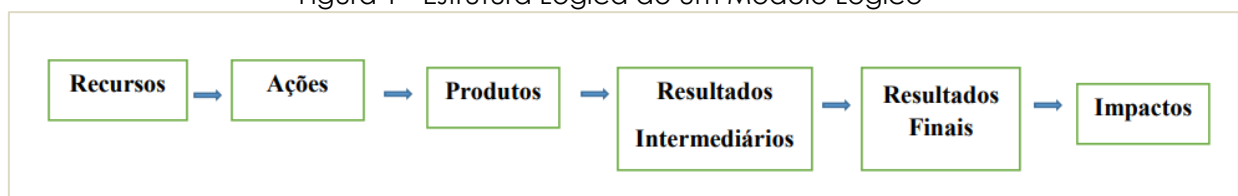
Seguindo análise de Weiss (1998), que foi citada por Moreira (2016), a Teoria do Programa poderia ser interpretada como um arcabouço de conhecimento que organiza, descreve, explica e identifica uma cadeia causal de hipóteses, que liga os recursos de um programa às suas atividades, seus produtos e os seus resultados, demonstrando como as intervenções pretendem chegar aos seus objetivos finais (CASSIOLATO; GUERESI, 2010; ROGERS, 2014; FREITAS; SILVEIRA, 2015).

Como explica Rogers (2014), dentre as diversas metodologias orientadas a explicitar a teoria da mudança de um programa, emerge o modelo lógico, uma representação estruturada que demonstra, fundamentalmente, o funcionamento de um projeto intervencionista avaliativo (CASSIOLATO; GUERESI, 2010). Cassiolato e Gueresi (2010, p. 4) ainda explicam que:

A construção do modelo lógico é uma proposta para organizar as ações componentes de um programa de forma articulada aos resultados esperados, apresentando também as hipóteses e as ideias que dão sentido à intervenção. Considerado um instrumento para explicitar a teoria do programa, a aplicação do modelo lógico resulta em processo que facilita planejar e comunicar o que se pretende com o programa e qual o seu funcionamento esperado.

Podem existir vários formatos de modelos lógicos para um programa. A Figura 1 é um exemplo para se construir um.

Figura 1 - Estrutura Lógica de um Modelo Lógico



Fonte: CASSIOLATO; GUERESI (2010).

Nesta sistematização, analisando a imagem, Freitas e Silveira (2015), que se apoiam em Kellogg (2004), explicam que os recursos são os meios necessários que o programa e/ou política efetivamente necessitam para desenvolver suas atividades (recursos humanos, financeiros, organizacionais, etc.). As ações, segundo as referidas autoras, são todos os instrumentos, meios, processos e tecnologias empregadas, que desempenham papel fundamental no momento que corresponde à execução do programa, atividades que reverberarão nos resultados aspirados pelo programa. No que tange aos produtos pretendidos, este está diretamente relacionado aos resultados almejados, que expressam mudanças, gerais ou específicas, de curta ou

média duração, no comportamento ou situação dos experimentadores e beneficiários, tais como, aprimoramento de novas habilidades e aquisição de novos conhecimentos. Por fim, os impactos são reverberações mais amplas, mudanças sociais e ambientais, por exemplo, que podem ser intencionais ou não, ocorridas nos grupos sociais, no longo prazo, principalmente (FREITAS; SILVEIRA, 2015).

Dessa forma, o modelo lógico proporciona a possibilidade de examinar, por meio de um regaste do desenho da política, os processos hipotéticos de mudança, que auxiliarão os avaliadores a compreenderem como o programa/política deveria ser operacionalizado, apresentando um plano plausível para o alcance dos resultados esperados, o que contribui no momento de elaborar questões relevantes e incisivas (ROGERS, 2014). Esse exame contínuo dos insumos, atividades, processos, produtos e efeitos, que engendram a necessidade do monitoramento das políticas públicas, seria, basicamente, um levantamento de informações que acontecem recorrentemente e que permitem identificar o progresso dos objetivos de um dado projeto, programa ou política (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Uma similaridade observada em alguns autores (RAMOS; SCHABBACH, 2012; JANNUZZI, 2015) é que o escopo e os métodos de avaliação de políticas diferem-se de acordo com seu propósito. Geralmente, nesse campo, parece ser comum enquadrar o tema em diferentes perspectivas, de acordo com os propósitos da avaliação e os interessados envolvidos.

A primeira perspectiva aqui apresentada se refere à categorização segundo o momento do programa, no qual há duas classificações, a *ex ante* e a *ex post*. De acordo com Jannuzzi (2015), a avaliação *ex ante* é realizada antes do início de um programa. Destaca-se neste tipo de avaliação, segundo o autor, o diagnóstico, momento no qual são realizados estudos que orientarão o programa (JANNUZZI, 2015). Por outro lado, a avaliação *ex post* tem como finalidade produzir informações a respeito de programas já implementados, sendo útil para análises comparativas de mudanças ocorridas no público-alvo (RAMOS; SCHABBACH, 2012; JANNUZZI, 2015; SANTOS; RAUPP, 2015).

Em outra abordagem apresentada por Ramos e Schabbach (2012), o destaque vai para a factibilidade do sucesso do programa, no qual as avaliações são classificadas em: *formativas*, mais voltadas para a análise e produção de conhecimentos e informações que dizem respeito à etapa de implementação das políticas, especialmente. Na maioria das vezes, avaliações formativas fornecem

elementos para correção de procedimentos e, em avaliações *somativas*, que se incumbem da produção de informações sobre as etapas posteriores à implementação (RAMOS; SCHABBACH, 2012). O entendimento de Jannuzzi (2015) acerca das avaliações somativas permite dizer ainda que tais avaliações são utilizadas principalmente para subsidiar decisões sobre a continuação, expansão ou modificação de um programa.

Outra classificação abarca a avaliação a partir da perspectiva de quem a executa, havendo, nesse caso, três classificações: *avaliações de cunho externo, interno e mista*. Nesse enfoque, segundo Jannuzzi (2015), a avaliação é considerada externa quando realizada por equipes externas de avaliação. Diferentemente da avaliação externa, na interna, os agentes executores da avaliação são indivíduos que, de certa forma, têm um conhecimento maior a respeito do programa objeto da avaliação. Nesse sentido, as avaliações mais participativas seriam, portanto, as equipes mistas, formadas pelos operadores, agentes externos e experimentadores daquilo que é oferecido. Dessa forma, essas equipes mistas garantem mais equilíbrio entre o conhecimento interno e a especialidade técnica externa (JANNUZZI, 2015; RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Procedimentos Metodológicos

Tratou-se de uma revisão de literatura do tipo revisão sistemática, estando as classificações do estudo em consonância com as conceituações propostas por Levy e Ellis (2006), quando descrevem essa abordagem com sendo útil para o aprimoramento de ideias e para coletar, analisar e sintetizar pesquisas existentes com o propósito de criar um embasamento sobre um determinado assunto pesquisado.

Os caminhos metodológicos deste trabalho foram divididos em três etapas. A primeira se configurou na construção do problema de pesquisa e em leituras de artigos para levantamento do “estado da arte” do tema (evidentemente sem o rigor de uma revisão sistemática) e, também, para determinar autores relevantes da área e as palavras-chave mais identificadas nos estudos consultados, que foram utilizadas posteriormente para determinar os termos de busca nas bases de dados pesquisadas.

Para essa primeira inclusão de fontes de consultas foram usados os seguintes critérios: ser artigo da área de investigação aqui proposta ou mesmo ter sido detectado em estudos relevantes preliminares identificados no decorrer da pesquisa, nas bases de dados indexadoras de contribuições (WEISS, 1998; COSTA; CASTANHAR,

2003; RAMOS; SCHABBACH, 2012; JANNUZZI, 2015, dentre outros). Nesse caso, um dos condicionantes adotados foi a pertinência da obra para a área supramencionada.

Posteriormente, foi feita a definição das palavras-chave, para elaborar os termos de busca para consulta nas bases de dados, sendo adotados os seguintes termos: programas e políticas *and* avaliação e monitoramento; políticas públicas e programas *and* efeitos; políticas públicas e programas *and* avaliabilidade. Nos diferentes termos de busca empregados foi adotado o operador booleano "and".

A busca por artigos foi realizada na base de dados da SciELO e no Google Acadêmico, pelo fato de ser base de dados indexada pela *Web of Science*, visando obter os artigos publicados nos periódicos editados no Brasil com melhores indexações e por ser uma das maiores ferramentas de busca acadêmica livres, respectivamente.

No que tange aos critérios de qualificação das obras elegeram-se apenas: artigos completos, disponíveis na íntegra, de forma online e de acesso gratuito, publicados dentro do recorte temporal (2010-2020) e em português, com o objetivo de verificar as produções nacionais. Para a definição dos critérios de inclusão dos artigos levou-se em consideração os objetivos da pesquisa.

No que se refere aos critérios de exclusão foram eleitos os seguintes: estudos duplicados, estudos de revisão bibliográfica, ensaios teóricos e artigos oriundos de periódicos com classificações abaixo de B2, de acordo com os critérios de Classificação de Periódicos do Quadriênio (2013-2016) da Plataforma Sucupira, como forma de selecionar artigos empíricos com metodologias mais consistentes, aspecto decisivo para esse trabalho.

Para a verificação do Qualis dos periódicos com potencial de participação na pesquisa, considerando os critérios supramencionados, foi adotado a delimitação por área de pesquisa aplicada a Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, exceto para os periódicos PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, a Revista Interface e o periódico Parcerias Estratégicas. Nos dois primeiros casos, em específico, como critério por área de classificação, foi adotado o juízo crítico Interdisciplinar e, para o faltante, foi adotada a área de avaliação Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Na segunda etapa da pesquisa foi feito o processamento desses dados, que envolveu a análise dos resultados das buscas de pesquisa. Nesse processo foram lidos o título, resumo e palavras-chave dos artigos. Além disso, realizou-se a checagem das

palavras-chave definidas pelos autores do artigo e sua aderência com aquelas utilizadas na construção do método de busca, como forma de constatar a aderência dos artigos aos objetivos da pesquisa e como maneira de limitar as buscas, frente ao grande número de trabalhos encontrados nas buscas nas bases de dados.

A terceira etapa da metodologia configurou-se numa análise e interpretação dos resultados obtidos da síntese da bibliografia estudada, em consonância com os objetivos da pesquisa. A análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo da Bardin (2011). Além disso, visando o refinamento de parte desse material, foi feito uso de técnicas de lexicometria do Software IRAMUTEQ versão 0.7 Alpha 2, especificamente da Análise de Similitude, para perceber a coerência existente entre os diferentes elementos que foram propagados e que vieram à luz na análise dos resultados.

Os procedimentos sistemáticos de revisão de literatura utilizados neste trabalho resultaram num *corpus* de 876 artigos. Destes, 825 foram excluídos de acordo com os critérios citados na metodologia e 51 artigos foram selecionados (que podem ser visualizados no Quadro 1).

Quadro 1 - Principais considerações dos artigos selecionados.

Código	Área	Artigo
A01	Saúde	MEDEIROS, P.F.P et al. Um Estudo sobre a Avaliabilidade do Programa + Vida: política de redução de danos em álcool, fumo e outras drogas do município de Recife, Brasil. <i>Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil</i> , Recife, 10 (Supl. 1), p. 209-217, nov. 2010.
A02	Saúde	SILVA, M. V. et al. Avaliação da implantação de programa voltado para melhoria da acessibilidade e humanização do acolhimento aos usuários na rede básica. Salvador, 2005-2008. <i>Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil</i> , Recife, 10 (Supl. 1), p. 131-143, nov. 2010.
A03	Saúde	BONAN, C. et al. Avaliação da Implementação da Assistência ao planejamento reprodutivo em três municípios do estado do Rio de Janeiro, entre 2005 e 2007. <i>Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil</i> , Recife, 10 (Supl. 1), p. 107-118, nov. 2010.
A04	-	GONÇALVES, E. et al. Avaliação executiva de indicadores de governo do estado de Minas Gerais: análise da implementação de uma ferramenta de monitoramento e avaliação. <i>Revista de Administração Pública</i> , 45(6): 1891-1914, 2011.
A05	Saúde	SANTOS, E. M. dos; OLIVEIRA, E. A. de; CRUZ, M.; LEAL, A.; DUQUE, A.; CUNHA, C. L. Monitoramento em Promoção de Saúde: uma experiência de capacitação de adultos em um estado do nordeste brasileiro. <i>Educar em Revista</i> , n. 46, p. 193-207, 2012.

Continua

Código	Área	Artigo
A06	Saúde	TAMAKI, E. M. et al. Metodologia de construção de um painel de indicadores para o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , 17(4), p. 839-849, 2012.
A07	Saúde	SILVA, G. S. et al. Redes de atenção à urgência e emergências: pré-avaliação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) em uma região metropolitana do Brasil. <i>Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil</i> , Recife, 12 (4), p. 445-458, 2012.
A08	Saúde	JACQUES, C. C.; MILANEZ, B.; MATTOS, R. C. O. C. Indicadores para centros de referência em saúde do trabalhador: proposição de um sistema de acompanhamento de serviços de saúde. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , 17 (2), p. 369-378, 2012.
A09	Saúde	ROCHA, B. N. A; UCHOA, S. A. C. Avaliação da atenção humanizada ao abortamento: um estudo de avaliabilidade. <i>PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva</i> , 23 (1), p. 109-127, 2013.
A10	Meio Ambiente	PIZELLA, D. G; SOUZA, M. P. Avaliação Ambiental Estratégica de Planos de Bacias Hidrográficas. <i>Eng Sanit Ambient</i> , v. 18, n.3, p. 243-252, 2013.
A11	Saúde	FURTADO, M. C. C. et.al. A avaliação da atenção à saúde de crianças com menos de um ano de idade na atenção primária. <i>Revista Latino-Americana de Enfermagem</i> , 21 (2), 2013.
A12	Incentivos Fiscais	MATIAS-PEREIRA, J. Uma avaliação das políticas públicas de incentivo á inovação tecnológica no brasil: a lei do bem. <i>Par. Estrat. Ed. Especial</i> , v. 18, n.36, p. 221-250, 2013.
A13	Saúde	PEREIRA, C. C. B. et al. Avaliação da implantação do sistema de Informações sobre nascidos vivos (Sinasc) em Pernambuco. <i>Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil</i> , 13 (1), p. 39-49, 2013.
A14	Serviço Social	BUENO, C. B.; CARLOTO, C. M. Avaliação e Monitoramento da Política de Assistência Social: uma proposta em construção. <i>R. Katál.</i> v.18, n.1, p. 13-21, 2015.
A15	Saúde	PADILHA, M. A; OLIVEIRA, C. M.; FIGUEIRO, A. C. Estudo da avaliabilidade do programa academia carioca da saúde: desafios para a promoção da saúde. <i>Saúde debate</i> , v. 39, n. 105, p. 375-386, 2015.
A16	Meio ambiente	SILVA, D. A. V. S; FONSECA, M. V. A. F. Monitoramento para avaliação do desempenho regulatório do Instituto nacional de metrologia, qualidade e tecnologia. <i>Revista de Administração Pública</i> , 49 (2), p.447-472, 2015.
A17	Saúde	RAMOS, M. K. P.; LIMA, A. M. C.; GUBERT, M. B. Agenda para Intensificação da atenção nutricional à desnutrição infantil: resultados de uma pactuação interfederativa no sistema único de saúde. <i>Ver. Nutri.</i> , 28 (6), p. 641-653, 2015.
A18	-	SANTOS, G. K; RAUPP, F. M. Monitoramento e avaliação de resultados dos programas governamentais delineados no PPA. <i>Revista de Administração Pública</i> , 49 (6), p. 1429-1451, 2015.

Continua

Código	Área	Artigo
A19	Saúde	OLIVEIRA, C. M. et al. Avaliabilidade do Programa de Valorização do profissional da atenção básica (PROVAB): desafios para a gestão do trabalho. <i>Revista Ciência & Saúde Coletiva</i> , 20 (10), p. 2999-3010, 2015.
A20	Educação	FLORES, T. M. D. Avaliação ex post da política pública PROEJA no IFBA campus santo amaro. <i>Holos</i> , ano 33 v. 33, p. 75-89, 2017.
A21	Saúde	PEREIRA, K. C.R.; LACERDA, J. T.; NATAL, S. Avaliação da gestão municipal para as ações da atenção à saúde do idoso. <i>Cadernos de Saúde Pública</i> , 33 (40), 2017.
A22	Saúde	CHAVES, C.L. L.; SILVA, G. A. P.; ROSSI, T. R. A. Avaliabilidade do projeto de Mobilização Social para prevenção e controle da dengue no estado da Bahia. <i>Saúde Debate</i> , v.41, edição especial, p. 138-155, 2017.
A23	Saúde	CAMPELO, L. M.; SANTOS, E. M.; OLIVEIRA, P. T. R. Análise estratégica do processo de formulação da PM&A-SUS: lições aprendidas e desafios. <i>Saúde Debate</i> , v. 41, edição especial, p. 34-49, 2017.
A24	Saúde	MAGNAGO, C. et al. Política de gestão do trabalho e educação em saúde: a experiência do ProgeSUS. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , 22 (5), p. 1521-1530, 2017.
A25	Saúde	DIAS, M. S. A et al. Política Nacional de Promoção da Saúde: um estudo de avaliabilidade em uma região de saúde no Brasil. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , 23 (1), p. 103-114, 2018.
A26	Saúde	VILLA, T. C. S. et al. Capacidade gerencial da atenção primária à saúde para o controle da tuberculose em diferentes regiões do Brasil. <i>Texto Contexto Enferm</i> , 27 (4), 2018.
A27	Saúde	VIEIRA, L. S; BELISARIO, S. A. Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: u estudo do programa saúde na escola. <i>Saúde Debate</i> , v. 42, edição especial, p. 120-133, 2018.
A28	Saúde	SOUZA, T. T; CALVO, M. C. M. Avaliabilidade dos Núcleos de Apoio à saúde da família com foco na integração as equipes apoiadas. <i>Revista de Saúde Pública</i> , 52:41, p. 1-11, 2018.
A29	Saúde	ARAUJO, R. F et al. Avaliabilidade da Compatibilização de indicadores e metas dos instrumentos de planejamento do ministério da saúde. <i>Saúde Debate</i> , v.42, n 118, p. 566-578, 2018.
A30	Educação	FAVERI, D. B, et al. Uma avaliação do impacto da política de expansão dos institutos federais nas economias dos municípios Brasileiros. <i>Planejamento e Políticas Públicas</i> , n 50, 2018.
A31	Saúde	MONTEIRO, L. D. et al. Tendências da hanseníase após implementação de um projeto de intervenção em uma capital da região Norte do Brasil, 2002-2006. <i>Cadernos de Saúde Pública</i> , 34 (11), 2018.
A32	Saúde	PERMINIO, H. B. et al. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes Privados de Liberdade: uma análise de sua implementação. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , 23 (9), p. 2856-2868, 2018.
A33	Habituação	ALBUQUERQUE, P. H. M. et al. Construção de índices de preços de imóveis para o Distrito Federal por meio de vendas repetidas e GWR. <i>Nova Economia</i> , v.28, n 1, p. 181-212, 2018.

Continua

Código	Área	Artigo
A34	Saúde	FERREIRA, V. L. R. et al. Avaliação de coberturas vacinais de crianças em uma cidade de médio porte (Brasil) utilizando registro informatizado de imunização. <i>Cadernos de Saúde Pública</i> , 34(9), 2018.
A35	Saúde	LOCH, A. P. et al. Avaliação dos serviços ambulatoriais de assistência a pessoas vivendo com HIV no Sistema Único de Saúde: estudo comparativo 2007/2010. <i>Caderno de Saúde Pública</i> , 34(2), 2018.
A36	Saúde	BOSIO, C. G. P. et al. Pesquisa translacional: o desempenho dos institutos nacionais de ciência e tecnologia na área da saúde. <i>Saúde Debate</i> , v. 43, nota especial 2, p. 48-62, 2019.
A37	Saúde	SELLERA, P. E. G. et al. A implementação do sistema de monitoramento e avaliação da secretaria estadual de saúde do distrito federal (SES/DF). <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , 24 (6), p. 2085-2094, 2019.
A38	Meio ambiente	REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; SANT'ANA, F. P. Características determinantes no desempenho ambiental dos municípios paulistas. <i>Revista de Administração Pública</i> , 53 (2), p. 392-414, 2019.
A39	Saúde	ALMEIDA, A. M. L.; CHAVES, S. C. L. Avaliação da implantação da atenção a pessoas com fissura labiopalatina em um centro de reabilitação brasileiro. <i>Cadernos de saúde coletiva</i> , 27 (1), p. 73-85, 2019.
A40	Habitação	DRUMOND, M. D.; RODRIGUES, L. D. Análise do policy cycle da política nacional de habitação de interesse social: contribuições de gestores municipais de habitação de Minas Gerais. <i>Revista Brasileira de Gestão Urbana</i> , 2019.
A41	Saúde	MAIA, D. A. B. et al. Avaliação da implantação do sistema de informação de agravos de notificação em Pernambuco. <i>Epidemiol. Serv. Saúde</i> , 28 (1), 2019.
A42	Saúde	UBARANA, J. A.; CRUZ, M. M.; VITORINO, S. A. S. Avaliação da implantação do sistema de controle, acompanhamento, e avaliação de resultados (Sistema e-Car) na secretaria de vigilância em saúde do ministério da saúde do Brasil, no período de 2012-2015. <i>Epidemiol. Serv. Saúde</i> , 28 (2), 2019.
A43	Saúde	BOSIO, C. G. P. et al. Pesquisa Translacional: o desempenho dos institutos nacionais de ciência e tecnologia na área da saúde. <i>Saúde debate</i> , v.43, nota especial 2, p. 48-62, 2019.
A44	Saúde	OLIVEIRA, M. M. et al. Análise estratégica do Projeto QualisSUS-REDE. Contribuições para avaliação em saúde pública. <i>Saúde Debate</i> , v.43, n 123, p. 987-1002, 2019.
A45	Educação	PAULA, C. H.; ALMEIDA, F. M. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. <i>Aval. pol. Públ. Edc</i> , 2020.
A46	Saúde	SILVA, A. C. A. et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. <i>Interface</i> , 24, 2020.
A47	Educação	SOUZA, R. C; COSTA, M. A. T. S. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. <i>Aval. pol. Públ. Edc</i> , v.28, n. 107, p. 362-385, 2020.

Continua

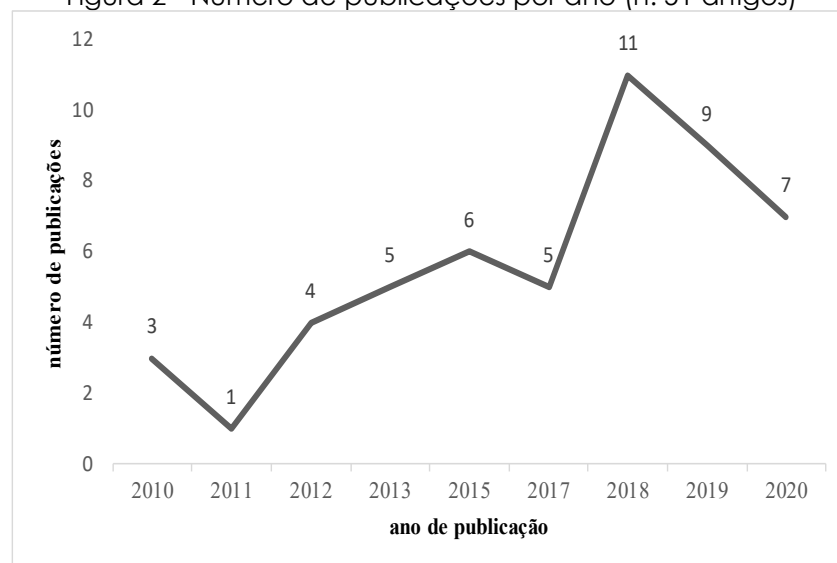
Conclusão		
Código	Área	Artigo
A48	Saúde	EMERICH, T. B. et al. Implantação do programa mais médicos no Espírito Santo, Brasil: modelo lógico e propostas de indicadores. <i>Cadernos de saúde pública</i> , 36 (5), 2020.
A49	Saúde	SELLERA, P. E. G. et al. Monitoramento e avaliação dos atributos da Atenção Primária à Saúde em nível nacional: novos desafios. <i>Ciência & saúde Coletiva</i> , 25 (4), p. 1401-1411, 2020.
A50	Educação	ARANDA, M. A. M. et al. Monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação: a produção do conhecimento no Brasil. <i>Educar em Revista</i> , v.36, 2020.
A51	Segurança Pública	MAIA, T. P; ASSIS, M. A. Utilização do monitoramento da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais. <i>Revista de Administração Pública</i> , 54(3), p. 545-560, 2020.

Fonte: Os autores (2021).

Resultados e Discussões

Para analisar os artigos foram eleitas as seguintes tipologias temáticas: tipo da avaliação e procedimentos metodológicos. Considerando os critérios de aceite e os artigos selecionados nos filtros de pesquisa, ao analisar-se a relação do número de artigos publicados, por ano de publicação, tomando como ponto de partida o ano de 2010, foi revelado que, no ano de 2018, houve um número maior de estudos publicados sobre a temática investigada, apresentando 11 artigos (21%), seguido pelo ano de 2019, com nove (17%), 2020, com sete (14%), 2015, com seis (12%), 2017 e 2010, com cinco cada (10%), 2012, com quatro (8%), 2010, com três (6%) e 2011, com o menor número de publicações, uma (2%). Os números podem ser visualizados na Figura 2.

Figura 2 - Número de publicações por ano (n: 51 artigos)



Fonte: Os autores (2021).

Os artigos expuseram de forma clara o recorte programático e, de maneira geral, todos adotaram como estratégia de estudo o caso único; ou seja, focaram em locais específicos, no nível local ou regional, exceto alguns estudos que foram mais abrangentes dado que examinaram características múltiplas (TAMAKI *et al.*, 2012; MATIAS-PEREIRA, 2013; JACQUES; MILANEZ; MATTOS, 2012; VILLA *et al.*, 2018; PERMINIO; SILVA; SERRA; OLIVEIRA; MORAIS; SILVA; FRANCO NETO, 2018; ARAÚJO *et al.*, 2018; REZENDE; DALMACIO; SANT'ANA, 2019; UBARANA; CRUZ; VITORINO, 2019; SELLERA *et al.*, 2020; PAULA; ALMEIDA, 2020). Outra similaridade observada é que, na sua maioria, os autores dos artigos analisaram programas e/ou políticas públicas de forte cunho social.

No que concerne a abordagem metodológica, emergiram algumas tipologias temáticas (eixos): pesquisas qualitativas, quantitativas, pesquisas quali-quantitativas, avaliações de cunho analítico e de impacto. Ressalta-se que os artigos podem abranger mais de uma tipologia temática.

Quanto ao tipo de pesquisa, 31,37% (n=16) dos trabalhos avaliativos utilizaram a metodologia qualitativa (BONAN *et al.*, 2010; MEDEIROS *et al.*, 2010; ROCHA; UCHOA, 2013; PEREIRA; VIDAL; CARVALHO; FRIAS, 2013; BUENO; CARLOTO, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2015; PADILHA; OLIVEIRA; FIGUEIRO, 2015; CHAVES; SILVA; ROSSI, 2017; CAMPELO; SANTOS; OLIVEIRA, 2017; DIAS *et al.*, 2018; VIEIRA; BELISÁRIO, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2019; DRUMOND; RODRIGUES, 2019; MAIA; FRIAS; ASSUNÇÃO; VIDAL; VANDERLEI, 2019; ALMEIDA; CHAVES, 2019; SILVA *et al.*, 2020). As análises foram conduzidas a partir de coletas de dados, realizadas por meio do emprego de roteiros de entrevistas, quase sempre semiestruturados, aplicados principalmente em informantes-chave da política e/ou programa, que era objeto de investigação, como gerentes e/ou agentes executores.

Como lembra Jannuzzi (2015), apesar de as equipes internas deterem, geralmente, mais conhecimento sobre os principais problemas que afetam os programas públicos, abordagens mais participativas, como lembra o autor, além de assegurarem maior legitimidade e interdependência ao processo avaliativo, permitem participações, em algum nível de interação participativa, do público-alvo da política. Tal relação, à luz do autor, foi reportada no trabalho de Souza e Costa (2020), que objetivou avaliar o Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Por outro lado, mesmo que Souza e Costa (2020) não tenham apresentado nenhum plano ou não tenham feito sequer alguma alusão se o processo avaliativo foi mobilizado com o apoio de matrizes, indicadores e modelo lógico, como reportado em outros trabalhos (por exemplo: SILVA *et al.*, 2012; MAIA; FRIAS; ASSUNÇÃO; VIDAL; VANDERLEI, 2019, dentre outros), a preocupação de engajar os beneficiários, usuários e técnicos na concretização dos objetivos do trabalho parece ser uma boa estratégia para intervenções desse tipo.

No que se refere à metodologia quantitativa, sete trabalhos apenas apresentaram essa metodologia, como única técnica de coleta de dados (SILVA *et al.*, 2012; RAMOS; LIMA; GUBERT, 2015; VILLA *et al.*, 2018; LOCH *et al.*, 2018; FERREIRA, *et al.*, 2018; REZENDE; DALMÁCIO; SANT'ANA, 2019; EMERICH *et al.*, 2020). Ampla maioria dos estudos desse eixo temático fez uso da amostragem probabilística (VILLA *et al.*, 2018; LOCH *et al.*, 2018; FERREIRA *et al.*, 2018; REZENDE; DALMÁCIO; SANT'ANA, 2019; EMERICH *et al.*, 2020), com alguns trabalhos utilizando também *software* como gerenciador de banco de dados MySQL versão 4.1.22 (SILVA *et al.*, 2012) e o *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 16.0 (RAMOS; LIMA; GUBERT, 2015).

Constatou-se que 19,60% dos artigos (n=10) utilizaram metodologia Quanti-Quali (JACQUES; MILANEZ; MATTOS, 2012; FURTADO *et al.*, 2013; SANTOS; RAUPP, 2015; SILVA; FONSECA, 2015; MAGNAGO *et al.*, 2017; PEREIRA; LACERDA; NATAL, 2017; ARAÚJO *et al.*, 2018; UBARANA; CRUZ; VITORINO, 2019; BOSIO *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020). Foram trabalhos que envolveram, principalmente, entrevistas e pesquisas em base de dados.

Ademais, alguns estudos apresentaram uma metodologia avaliativa analítica, como o de Ferreira *et al.* (2018), que objetivou avaliar os índices de cobertura vacinal em crianças com 12 a 24 meses de vida, utilizando dados do Sistema Juarez, um registro informatizado de imunização (RII). Outros estudos também foram classificados nessa tipologia temática (TAMAKI *et al.*, 2012; SANTOS; OLIVEIRA; CRUZ; LEAL; DUQUE; CUNHA, 2012; ARAÚJO *et al.*, 2018; PERMINIO; SILVA; SERRA; OLIVEIRA; MORAIS; SILVA; FRANCO NETO, 2018; ALBUQUERQUE *et al.*, 2018; LOCH *et al.*, 2019; REZENDE; DALMÁCIO; SANT'ANA, 2019; SELLERA *et al.*, 2019; PAULA; ALMEIDA, 2020).

O método avaliativo que menos foi representado nas tipologias temáticas que dizem respeito à metodologia empregada nos estudos consultados foi a avaliação

de impacto, sendo reportado apenas nos trabalhos de Monteiro *et al.*, (2018), Faveri *et al.* (2018) e Albuquerque *et al.* (2018).

Quanto à dimensão temporal, 37% (n=19) das avaliações foram *ex post*, feitas meses ou anos depois de finalizada a execução do projeto, quando o programa já tinha alcançado seu pleno desenvolvimento. Os estudos que se enquadraram nesse eixo temático focaram na análise de resultados verificados com a implementação do programa.

Por outro lado, 41% (n=21) dos estudos consultados foram avaliações *ex ante*, quase sempre conjugadas como pesquisas avaliativas do tipo “grau de implementação”, embasadas com matrizes, com elaboração de critérios, indicadores, padrões, observações *in loco* e entrevistas. Os estudos enquadrados nesse eixo temático geralmente são trabalhos avaliativos de políticas e/ou programas associados com o setor de saúde, principalmente. Uma similaridade observada é que a grande maioria objetivava realizar avaliações situacionais de uma determinada política, de modo a retroalimentar seu ciclo com ajustes e correções, melhorar o processo de planejamento, subsidiar tomadas de decisão e a implementação de ações para obtenção de melhores resultados.

Em relação à área de conhecimento, como ilustrado na Figura 3, sobressaíram-se as áreas de saúde, com 36 publicações (74%), bem como educação, com cinco (10%); na sequência, vieram meio ambiente, com três (6%), habitação, com duas (4%) e segurança pública, serviço social e incentivos fiscais com um artigo cada (2%). Esses dados remetem, principalmente, a um maior interesse dos pesquisadores da área de saúde e educação em produzir novos conhecimentos sobre a temática em estudo.

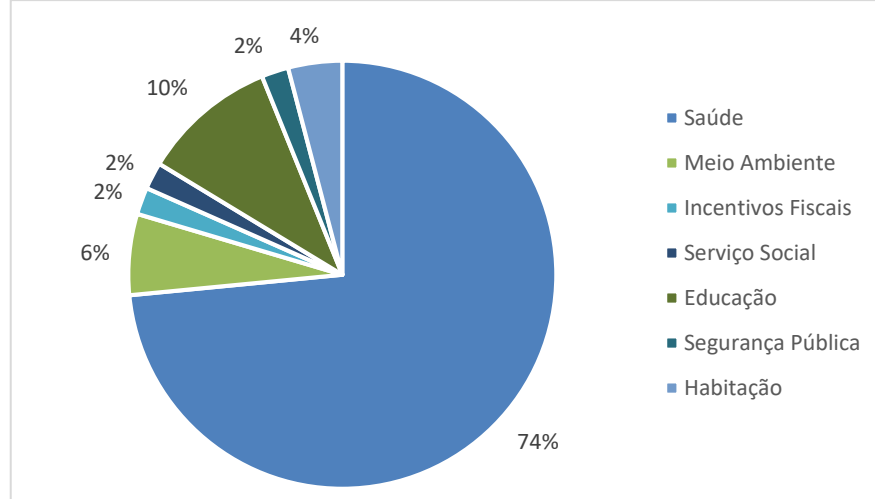
A esse respeito, Jannuzzi (2015) aduz de que o desenvolvimento da capacidade institucional para estudos intervencionista avaliativo no Brasil pode ter refletido, de certa forma, o crescimento da exigência de legitimação dos programas e políticas implementados pelo executivo.

Ou seja, algumas áreas setoriais – desenvolvimento social, educação e principalmente saúde – parecem ter se desenvolvido mais institucionalmente do que outras, dado, justamente, ao contexto cronológico em que a prática da avaliação se inseriu no cenário brasileiro, no âmbito das discussões sobre a crise fiscal da década de 1990 conjugada com o aumento progressivo de novos programas de natureza universal – na áreas de educação, saúde, trabalho, assistência social,

dentre outras – devido ao processo de redemocratização de 1988 (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Mesmo com limitações metodológicas, dado especialmente ao recorte e por apresentar artigos de somente duas bases de dados, eis aqui indícios que sustentam as conformações levantadas por Jannuzzi (2015) (Figura 3).

Figura 3 – Número de publicações por área de conhecimento (n=51)



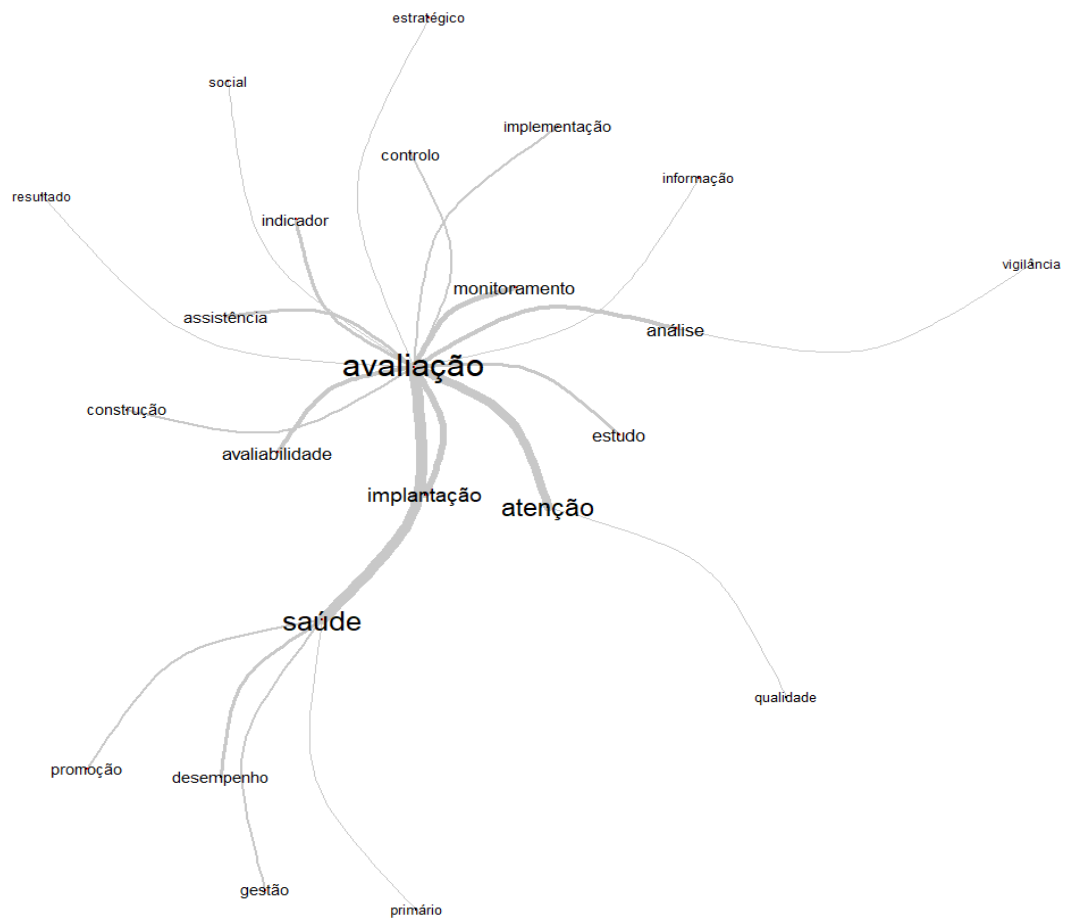
Fonte: Os autores (2021).

No que diz respeito à modalidade de delineamento dos estudos consultados inseridos na investigação, destacaram-se os artigos do tipo estudo de caso, que representaram a grande maioria, o que propicia, sobretudo, estímulo ao debate a fim de suscitar um maior aprofundamento e conhecimento da literatura quanto à temática investigada.

Outro dado que merece destaque também é que os autores especificaram quais foram os públicos-alvo investigados, informando os critérios de seleção dos informantes chave e justificando escolhas. Os autores também ressaltaram ter utilizado documentos, que foram especificados e utilizados para delineamento do modelo lógico, além da metodologia adotada em alguns trabalhos (SILVA *et al.*, 2010; BONAN *et al.*, 2010; SILVA *et al.*, 2012; PEREIRA; LACERDA; NATAL, 2017; ARAÚJO *et al.*, 2018; SOUZA; CALVO, 2018; MAIA; FRIAS; ASSUNÇÃO; VIDAL; VANDERLEI, 2019).

É possível perceber a coerência existente entre esses elementos quando se analisa a Figura 4, que apresenta a Análise de Similitude, gerada por meio do software IRAMUTEQ, evidenciando as ligações e a hierarquização das diferentes palavras presentes nos títulos dos artigos, que foram concatenados.

Figura 4 – Análise de Similitude sobre o conteúdo dos artigos pesquisados



Fonte: Os autores (2021).

A Análise de Similitude apresenta uma ramificação das principais palavras encontradas no *corpus* analisado pelo *software*. Percebe-se que os achados encontrados a partir da Análise de Similitude exibem um conjunto de elementos que exprimem os dados obtidos por meio da análise de conteúdo, sendo que foi possível ratificar a demarcação de algumas das ideias expostas.

Sendo assim, constatou-se, conforme Figura 4, a existência de três palavras que ficaram em saliente evidência, em função da maior força de relação entre os termos, observada a partir da largura do traço: “avaliação”, “saúde” e “atenção”. Essas três palavras, ao mesmo tempo que se relacionam entre si, também se hierarquizam com outros elementos, seja em maior e/ou menor grau, dependendo da localização das palavras no mapa (central ou periférica) e da largura do traço que as une.

Com relação à palavra “avaliação”, ancora-se nela, de forma direta e muito próxima, a palavra “saúde”, que por sua vez, juntas, se ancoram em outros termos, como: “promoção”, “desempenho”, “gestão”, “implantação” e “primário”; ou seja, tal como foi possível notar na análise de conteúdo realizada, há novamente, fortes evidências acerca do maior desenvolvimento institucional da área “saúde” em detrimento de outras áreas, dado a recorrência dessa palavra nos títulos dos artigos, fato que pode ser medido pelo número de publicações encontradas.

Os estudos sobre implementação das políticas públicas, com delineamento *ex ante*, como também foi observado e constatado na análise de conteúdo, se viram, da mesma forma, representadas. O fato de a palavra “implantação” estar entre as palavras “avaliação” e “saúde” pode denotar que muitos dos artigos que analisaram políticas e/ou programas associados a essa tipologia temática estavam associadas a esse setor, especificamente.

É possível perceber também outras dimensões manifestadas, como, por exemplo, quando se analisa as palavras “indicador”, “informação”, “atenção”, “análise”, “vigilância”, que são tarefas institucionais necessárias para construção de qualquer sistema eficaz de monitoramento e avaliação, que reverberam diretamente na qualidade das informações alcançadas e na suplementação dos dados adquiridos.

Por mais que os trabalhos consultados, no que concerne à análise aqui proposta, apresentaram diferentes narrativas, métodos e instrumentos, que foram adotados, conjugados e alocados, de diferentes maneiras, com diferentes intensidades, ora com outros instrumentos de pesquisa, essas palavras ressaltadas nas explanações anteriores são atividades centrais na construção dos trabalhos avaliativos, por isso a recorrência e a presença destas nessa ramificação das palavras.

Conclusões

De modo geral, os dados apresentados permitiram uma visão ampla da realidade estabelecida. As características dos critérios elegidos neste estudo para a operacionalização desse trabalho, particularmente a escolha de limitar a busca de estudos empíricos de uso de avaliação conduzidos entre 2010 e 2020, podem ter impedido a consideração de quaisquer outros artigos relevantes sobre avaliação produzidos fora desse período ou indexados por outras bases de dados.

As outras contribuições que, com certeza, foram muito importantes para a construção de literatura acerca do tema, ademais no Brasil, país com déficit de contribuições nessa área, conforme assinalado por Nascimento *et al.* (2019), só não foram abarcadas nesse trabalho porque fugiria dos limites desse texto, dado que essa reflexão não se propôs retomar todo o debate existente em torno dessa categorização. Acredita-se que novas análises sejam necessárias por meio de outras dimensões e com aplicações em períodos temporais mais amplos.

Dessa forma, os resultados desse trabalho não permitem conclusões de ampla generalização, dadas as limitações da metodologia e o fato de o objetivo proposto ter sido bastante específico. Portanto, não será possível, por meio deste trabalho, responder todas as dúvidas que perpassam o tema aqui investigado. Impõe-se, então, a partir do que foi analisado, apenas algumas indicações.

Com base no estudo realizado, pode-se concluir que a ampla maioria dos artigos consistiu, principalmente, de estudos de caso, com um conteúdo reflexivo, indicando um maior número de trabalhos que suscitam o debate. No que diz respeito à temática investigada, sobressaíram estudos nas áreas de saúde (74%) e educação (10%). Nesse sentido, os dados parecem indicar que existe uma forte tendência de um maior interesse dos pesquisadores nessas duas áreas, apontando lacunas a serem preenchidas em publicações subsequentes. Os trabalhos avaliaram principalmente programas públicos de cunho social, com emprego de metodologia do tipo qualitativa, predominantemente. Quase sempre foram avaliações *ex ante* (41%) com foco na fase de implementação, considerando a lógica do ciclo da política pública.

É possível inferir, de certa forma, considerando a pesquisa realizada nas bases de dados elegidas que, nessa área, há um grande número de contribuições, visto o somatório de pesquisas concatenadas, o que pode ser um indicativo do desenvolvimento desse campo semântico. Algumas áreas setoriais, como ratificado na literatura, apresentaram um maior engajamento, o que pode ser um indicativo de demonstração da pouca diversificação das áreas investigadas.

Por fim, vale reforçar que esses resultados devem ser tratados com muita cautela, todavia, há aqui possíveis indícios de que seja necessário um maior engajamento de outras extensões das diversas ramificações que compõem essa grande área. No entanto, novas pesquisas são necessárias para verificação da recorrência dessa situação.

Referências

- BAPTISTA, T. V. F.; REZENDE, M. A ideia do ciclo da análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. V. F. (org.). *Caminhos para análise das políticas de saúde*. Porto Alegre: Rede Unida, 2011. p. 221-273.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Almedina, 2011.
- COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>. Acesso em: 20 maio 2020.
- CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. *Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5810>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO, 13., 2011, Porto Alegre. *Trabalhos apresentados [...]*. Porto Alegre: [s. n.], 2011. p. 1-12. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cbgdp2011/downloads/9149.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.
- DRAÍBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-43.
- DALFIOR, E. T.; LIMA, R. C. D.; ANDRADE, M. A. C. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 210-225, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-110420151040201>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/yZYjCvXjy45tyzLhRp7qycb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.
- FREITAS, G. de; SILVEIRA, S. de F. R. Programa luz para todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 45, p. 178-198, 2015.
- HAWKINS, A. J.; CLYDE, T. L.; DOTY, J. L.; AVELLAR, S. Best practices in family life education program evaluation. *Family Relations*, [S. l.], v. 69, n. 3, p. 479-496, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/fare.12420>. Acesso em: 15 maio. 2020.
- JANNUZZI, P. de M. *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. São Paulo: Alínea, 2015.
- JULIAN, D. A. The utilization of the logic model as a system level planning and evaluation device. *Evaluation and Program Planning*, New York, v. 20, n. 3, p. 251-

257, 1997.

KELLOGG, W. K. *Logic model development guide*. Michigan: WK Kellogg Foundation, 2004.

LAISNER, R. C.; MARIO, C. G. de. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. *Revista Políticas Públicas*, v. 18, n. 2, p. 619 - 630, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18n2p619-630>. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3164>. Acesso em: 2 jun. 2020.

LEVY, Y.; ELLIS, T. J. A system approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. *Informing Science Journal*, [S. l.], v. 9, p. 181-212, 2006. Disponível em: <https://www.informingscience.org/Publications/479>. Acesso em: 12 jun. 2020.

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. (org.). *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília, DF: ENAP, 2019. p. 11-39.

MAIA, D. A. B.; FRIAS, P. D. de; ASSUNÇÃO, R. S.; VIDAL, S. A.; VANDERLEI, L. C. de M. Avaliação da implantação do sistema de informação de agravos de notificação em Pernambuco. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 1-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742019000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/NxfmzLp8xNBHDVd9sQ8Bxhb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MAIA, T. P.; ASSIS, M. A. de. Utilização do monitoramento da política de prevenção à criminalidade de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 545-560, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220190058>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/zhcLLD6QxGxK48kXFwvN4rt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MOREIRA, V. de S. *Avaliação dos resultados do programa "minha casa, minha vida" em Minas Gerais*. Orientadora: Suely de Fátima Ramos de Oliveira. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8661>. Acesso em: 17 fev. 2021.

NASCIMENTO, D. A. et al. Public policy and public management: an emphasis on the evaluation phase. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science*, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 335-339, 2019. Disponível em: <https://ijaers.com/detail/public-policy-and-public-management-an-emphasis-on-the-evaluation-phase/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PATTON, M. Q. Evaluation, knowledge management, best practices and high quality lessons learned. *American Journal of Evaluation*, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 329-336, 2001.

DOI: 10.1177/109821400102200307. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/109821400102200307>. Acesso em: 2 nov. 2020.

RAMOS, M. P.; SHABBACH, L. R. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-294, 2012.

ROGERS, P. Definir e melhorar as estratégias organizacionais utilizando avaliações. In: BRESOLIN, A. B.; SOARES, R.; SILVA, R. (org.). *Avaliação do investimento social privado*. Rio de Janeiro: Moderna, 2014. p. 33-53.

SANTOS, G. K.; RAUPP, F. M. Monitoramento e avaliação de resultados dos programas governamentais delineados no PPA. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, p. 1429-1451, 2015.

SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. *Revista do Direito*, [S. l.], v. 3, n. 56, p. 119-149, 2018.

WEISS, C. H. *Evaluation: methods for studying programs and policies*. São Paulo: Prentice Hall: 1998.